

O MST E A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO: (IM)POSSIBILIDADES DISCURSIVA DECOLONIAL

*EZEQUIEL BRAGA SOUZA**

RESUMO

Na atualidade observa-se a emergência de um grupo de estudos localizado/radicados na América-Latina que propõe romper com as formas de dominação coloniais ainda presentes na atualidade para, com isso, rompermos com a perspectiva de identidades racializadas que foram as bases para o desenvolvimento da epistemologia ocidental moderna, ou mesmo, legitimou a superioridade europeia e a construção de subjetividades periféricas subalternizadas. No presente trabalho, o qual parte da observação da proposta do MST de construção de uma sociabilidade alternativa ao modelo de sociabilidade capitalista, à luz desta nova possibilidade/perspectiva epistemológica (decolonial), busca-se vislumbrar as limitações e possibilidades decoloniais para pensarmos a luta agrária, presente no discurso do MST sob a perspectiva/opção pedagógico decolonial proposta pelo grupo de estudos Modernidade/Colonialidade.

Palavras-chave: Modernidade/Colonialidade; MST; Alternativa de Sociabilidade; Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

Objetivando compreender, ou mesmo, ampliar o horizonte de compreensão da realidade contemporânea, na qual, estão circunscritos os diversos e tão populares “pós” e, em especial, os estudos “pós-modernos”, o grupo de estudos Modernidade/Colonialidade, em um ato de “desobediência epistêmica”

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: agarbazuos@hotmail.com.

(Mignolo, 2008) frente ao pensamento científico moderno, propõe não somente pensar criticamente, mas, sobretudo, romper as estruturas rígido-excludentes do pensamento/saber ocidental moderno (“colonial”) criador de identidades raciais.

Em oposição, ou mesmo, como alternativa ao pensamento “saber” colonial, o grupo de estudos Modernidade/Colonialidade apresenta-nos a opção deconolonial, a qual, para Mignolo (2008), significa “aprender a desaprender” para fundamentarmos o conhecimento, não mais no grego, latim, ou mesmo, em alguma língua imperial, mas, sobretudo, nas línguas e saberes invisibilizados pela ciência moderna europeia.

Observando as afirmações de Quijano (2000), percebemos que o novo padrão de poder mundial (colonial), parte de uma pretensão, ou mesmo, de uma eurocentração da modernidade, na qual, a Europa figura como protagonista na produção e irradiação da modernidade para as populações não europeias. Igualmente, para Walsh (2013) que se apoia, dentre outras, nas afirmações de Rafael Bautista, a modernidade se funda no mito racial, ou mesmo, racista e na lógica monológica da moderna razão ocidental, no entanto, a pedagogia decolonial, a qual está presente nas lutas sociais, pode ser observada a partir de diversas práticas de resistência, transgressão e subversão empregadas pelos “indígenas” e africanos frente à dominação colonial.

Enquanto movimento social de luta pela reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme Dutra (2001) se insere em um contexto que, tal questão, no Brasil, é retomada na década de 70 e ganha força com as ações de resistência dos “*sem-terra*” no decorrer dos anos 80.

Tal como observado por Caldart (2001), o MST tem a educação por princípio em seu projeto de luta pela terra/reforma agrária e construção de uma sociedade justa e igualitária.

Leite & Dimenstein (2006), que realizarem uma pesquisa com alguns integrantes de acampamento do MST no Rio Grande do Norte, observam esse espaço de promessa/esperança de conquista, como espaço de

formação/transformação da subjetividade individual para formação do militante Sem Terra¹.

Nesse interim, tomando as lutas sociais com prática de resistência, ou mesmo, “opção/pedagogia decolonial”, o presente artigo busca ser um ponto de partida que suscite a análise/estudo do MST (enquanto movimento social), bem como, de discursos produzidos por este – em especial, o livro “Construindo o Caminho” – a partir da perspectiva dos estudos decoloniais do grupo Modernidade/Colonialidade.

Assim, a partir das questões expostas, onde de um lado observa-se o processo uma tentativa/proposta de rompimento em relação à epistemologia ocidental moderna e, em uma relação de alteridade, o desejo de reconhecimento/valorização das demais possibilidades epistemológicas – superação da racialização e subalternização legadas pela colonialidade –; de outro, o discurso do MST, a partir da qual, se propõe a criação de alternativa ao modelo capitalista, temos a possibilidade de tentar compreender os limites e possibilidades decoloniais oriundas de tal discurso. Por isso, o presente artigo foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo será abordado o grupo de estudos Modernidade/Colonialidade – seus componente e formação, os principais conceitos e a proposta pedagógico-decolonial de Catherine Walsh –; no segundo capítulo será apresentado o MST e os principais pontos abordados no livro “Construindo o Caminho” e, no terceiro capítulo tentaremos mostrar os limites para pensarmos o discurso/proposta alternativa do MST sob a perspectiva decolonial, bem como, apresentar às possibilidades de iniciarmos o empreendimento de pensar decolonialmente as lutas agrárias.

1. O GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE

1.1 COMPONENTES E FORMAÇÃO

¹ Termo utilizado por Leite & Dimeinstein (2006) com grafia diferente do termo “*sem-terra*”, pois, para eles este termo minúsculo e com hífen faz alusão ao trabalhador rural que não detém a posse de terra, enquanto o termo “*Sem Terra*” representa o indivíduo que já incorporou os princípios norteadores do MST.

O grupo Modernidade/Colonialidade é composto por diversos intelectuais latino-americanos, residentes em seus países de origem ou nos Estados Unidos, formando um grupo interdisciplinar que, conforme Soto (2008), não é composto apenas por intelectuais clássicos que enclausurados em suas bibliotecas fazem suas conceituações sobre o humano, e sim, por intelectuais, muitos deles, engajados em movimentos políticos, movimentos sociais e em entidades do terceiro setor (ONG's).

Com base na apresentação realizada por Arturo Escobar em 2002 durante o Terceiro Congresso Internacional Latinoamericanistas em Amsterdam, Soto (2008), apresenta-nos o grupo em níveis, nos quais, em um primeiro nível temos um trio cujas discussões/conceituações são o ponto de partida para os integrantes dos outros níveis, são eles, o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano e o semiólogo e teórico cultural argentino-estadunidense Walter D. Dignolo. Embora com estudos/aportes relevantes, pode-se distinguir um segundo nível de componentes que tem presente em seus trabalhos os aportes teóricos do trio anterior, são eles, o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o antropólogo venezuelano Fernando Coronil, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel e a linguista norte-americana Catherine Walsh. Formando uma geração nova de intelectuais com aportes teóricos próximos ao do grupo pode-se observar o filósofo colombiano Óscar Guardiola Rivera, Zulma Palermo, Freya Schiwy, Juliana Flórez e Mónica Espinosa. Todavia, não se pode olvidar de mencionar a contribuição realizada pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein – e seu conceito do “sistema mundo” –, o qual realizou aportes e atividades acadêmicas em conjunto com os principais membros do grupo Modernidade/Colonialidade.

1.2 PRINCIPAIS CONCEITOS DO GRUPO MODERNIDADE COLONIALIDADE

Segundo Soto (2008), o conceito base, o qual sustenta os demais é, sem dúvida, o conceito de “sistema mundo”. Rompendo com as perspectivas provincianas europeias que lia o capitalismo a partir do mediterrâneo, Wallerstein busca entender as relações mundiais do capital a partir das redes de relações comerciais advindas das grandes descobertas dos séculos XV e XVI, bem como a importância do atlântico na “História Mundial” a qual, para Enrique Dussel, pela primeira vez pode ser assim denominada.

O segundo conceito base, para Soto (2008), é “o mito da modernidade”, no qual Enrique Dussel, tendo por base o “sistema mundo”, mostra que a modernidade não se constitui como um fenômeno intra-europeu se difundindo para o restante do mundo, e sim, como um fenômeno construído nas redes marítimo-comerciais a partir da “invasão” da América, sendo esta, parte constitutiva da modernidade, por isso, para ele em 1492 nasce a primeira modernidade (do “mercantilismo mundial”).

Proposto por Aníbal Quijano, o conceito de “colonialidade do poder”, segundo Soto (2008), é um dos conceitos chave do grupo Modernidade/Colonialidade capaz de superar as perspectivas foucaultianas, pois, ao invés de localizar as estruturas de controle da subjetividade no século XVIII, ele as define a partir do século XVI a partir de uma dimensão “racial e biopolítica” – mostrando as consequências epistêmicas do domínio e reprodução do capital nas ditas sociedades modernas (“ocidentalização do imaginário”). A racialização nas relações com o não europeu é utilizada como elemento legitimador da superioridade europeia, bem como, a construção de subjetividades periféricas subalternizadas.

Como consequência da inferiorização racial na perspectiva epistemológica, segundo Soto (2008), é realizada “violência epistêmica” na perspectiva da “colonialidade do saber” de Edgard Lander, na qual, as formas de

produção de conhecimento não europeu, consideradas inservíveis, são apagadas/invisibilizadas.

Fazendo uma crítica ao conhecimento e propondo sua reformulação, ou mesmo, da universidade, Santiago Castro-Gómez cunhou o conceito de “hybriz do ponto zero”, o qual nos permite, segundo Soto (2008), visualizar a invisibilização do lugar, das culturas e dos locais de enunciação, em prol da cientificação matemática da razão em substituição de Deus (do Deus medieval), presente no “penso logo existo” de Descartes em que o sujeito é descorporizado, localizado em um lugar onde pode observar sem ser observado, e que a razão é autoprodutora de conhecimento.

Por fim, segundo Soto (2008), com o conceito de “colonialidade do ser”, Nelson Maldonado-Torres sintetiza grande parte do aparato conceitual anterior, pois, neste está contido as consequências práticas dos anteriores, no qual, podem ser observadas as consequências, ou mesmo, as violências cometidas na negação do outro (não europeu), o qual tem seu imaginário e corpo deformado e desfigurado pelo colonizador, sendo assim, precedendo a dúvida metódica do “*ego cogito*”, encontramos o “*ego conquirio*” (conquistador) que põe em dúvida a humanidade do conquistado. Fundamentado nesta dúvida, anterior a de Descartes e, não reconhecendo a humanidade do outro, o conquistador pode matar, humilhar e degradar.

1.3 OS CAMINHOS DA PEDAGOGIA DECOLONIAL PROPOSTO POR CATHERINE WALSH

Walsh (2013) enxerga a luta deconolial para além das lutas de classes, nas lutas por descolonização empreendidas pelos povos/“comunidades racializadas”, as quais têm sofrido, resistido e sobrevivido a dominação colonial, em uma constante luta de ser e fazer-se humano ante a matriz colonial e seu padrão de racionalização-desumanização.

Para ela em vez de remeter a leitura de um panteão de autores, ou mesmo, proclamar um novo campo de estudo ou paradigma crítico, as pedagogias decoloniais, se constituem, dentro das lutas, como necessidade de apontar e entender criticamente o que se enfrenta e deve resistir.

Para a autora, a decolonialidade não é uma teoria para seguir senão um projeto para assumir, no qual, faz-se necessário postular e posicionar o significado profundo e vivido da diferença afro-ancestral, ou mesmo, os povos nativos, não como uma relíquia patrimonial do passado, senão como existência atual enraizada no território de onde confluem saberes, cosmovisões, espiritualidade e o bem estar coletivo.

Segundo Walsh (2013), a prática política-epistêmica de caráter decolonial pode ser observada na educação superior em cursos de estudos (inter)culturais – como o doutorado de estudos (inter)culturais da Universidade Andina Simón Bolívar –, se confronta com o significado do que é a “academia” e suas geopolítica de conhecimento eurocêntrico de postura e de racionalidade moderno colonial/ocidental.

Pensando a perspectiva decolonial de Manuel Zapata Olivella, Walsh (2013), estabelece sete medidas de um manifesto humanizante e desalienador: 1) localizar-se desde e com os oprimidos; 2) enfrentamento do colonialismo intelectual (desconhecimento da história, filosofia, ciência e pensamento afro e indígena) e suas heranças alienantes (escravidão e colonialidade ainda presentes); 3) descolonizar a mente e desalienar a palavra (superando atitudes mentais e comportamentos herdados da escravidão); 4) revelar o projeto racista e alienante do conhecimento ocidental e, par isso, reconceituar a ciência e conhecimento, reconhecendo/reapropriando/recuperando/reposicionando o pensamento/sabedoria empírico da natureza, vida e sociedade, sobre as lutas libertadoras; 5) resgatar e recriar táticas e estratégias da herança libertadora; 6) forjar a família “Muntú”: concepção de humanidade dos povos mais explorados; 7) encaminhar um conceito

de humanidade a partir da experiência da exclusão, pautado na consciência de uma fraternidade universal.

2. O MST: CONSTRUINDO O CAMINHO

2.1 O MST E A FORMAÇÃO

Conforme Caldart (2001) o MST, presente em 22 estados, foi gestado entre os anos 1979 e 1984, tendo, sua fundação formal em Cascavel (PR) durante o “Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra” e durante o “I Congresso Nacional” ocorrido em 1985 em Curitiba, tendo a educação por princípio ratifica seu projeto de luta pela terra/reforma agrária e construção de uma sociedade justa e igualitária; construída através da formação de um novo indivíduo o “*Sem Terra*”, o qual possui a luta enraizada em sua cultura de contestação social.

Em um processo, segundo Caldart (2001), de formação dos “*Sem Terra do MST*” uma primeira dimensão liga as famílias à história do MST e sua luta pela “Reforma Agrária”; e uma segunda dimensão, centrada no sujeito, leva-os a superação de seus limites em sua “*humanidade em movimento*”.

Preocupado com a educação/formação das crianças, dentro do que Caldart (2001) denomina “cultura da educação infantil no campo”, o MST possui como conquista as escolas dentro dos acampamentos e assentamentos com cerca de 100 mil crianças e adolescentes. Cerca de 20 mil jovens e adultos sendo alfabetizados... e, dentre outras coisas, a formação de militância nos cursos de formação.

2.2 CONTRUINDO O CAMINHO

Diante do exposto, podemos observar o livro “Construindo o Caminho”, como mais um instrumento de síntese de experiências do MST – tal como exposto em sua apresentação – e, em conjunto aos cursos de formação – ou mesmo,

segundo Dimenstein & Leite (2006), dentro do acampamento do MST, na busca de construção de um “território existencial auto-referencial²” por meio agenciamento de objetivos... desejos individuais e coletivos mediados pelo objeto de luta (a terra) –, como discurso do e sobre o MST.

Ao falar da evolução da luta pela reforma agrária, MST (2001), ratifica a concepção de “movimento social amplo e desburocratizado”; com luta de massa; autônomo em relação às igrejas e partidos políticos; movimento organizado e não cooptável; que tem na reforma agrária um processo superior à conquista da terra – suplantação do sistema neoliberal³; libertação do proletariado; a reforma agrária e o socialismo. “É importante fazer parte de uma organização como o MST, que é a esperança de resistência para acabar com o projeto neoliberal (...) torcemos para que contribuam para a derrota do capitalismo e sobre seus escombros organizar uma sociedade socialista.” (MST, 2001, p.156 e 231).

Ainda, segundo MST (2001), ao descobrirem sua missão histórica, os militantes, procuram a superação dos vícios e desvios⁴, pois a conquista da terra não encerra a luta contra os desequilíbrios naturais e sociais, com isso, a manifestação frequente de indisciplina⁵ revela o “baixo nível de compromisso político-ideológico” que traz prejuízos a organização ou o auto-afastamento do militante. Outro fator que afirmam estar relacionado ao abandono da organização é a

² Termo utilizado de acordo com a conceituação presente no capítulo Heterogênese do livro “Caosmose: um novo paradigma estético” de Felix Guattari.

³ MST (2001) enfatiza a necessidade de superação do sistema neoliberal e da política de dependência de Fernando Henrique Cardoso, a qual, segundo Cardoso e Faletto (1970), a “dependência externa” é uma alternativa aos combalidos sistemas populista e populista-desenvolvimentista, e assim, em uma instabilidade política, se evita(ou) o enfrentamento da burguesia com o “Estado empresarial”, ou, pelo menos, que tal enfrentamento se revestisse de um caráter radical.

⁴ Figueiredo & Pinto (2012), através das entrevistas realizadas com algumas famílias, principalmente com as esposas de assentados e acampados, constatam transformação dos indivíduos, seja ela no relacionamento conjugal; com demais integrantes do MST; e em relação ao consumo de bebidas alcólicas. “Há uma mudança nas pessoas, que tiveram uma experiência (*Efahrung*) ao entrarem para o MST, e depois disso, mesmo que “recuem na consciência”, nunca mais voltarão a serem as mesmas” (FIGUEIREDO & PINTO; 2012, p. 570).

⁵ “Muitos militantes aderem por amor à luta e por necessidade social, mas possuem, ainda falta de consciência política e ideológica que lhes impede de serem militantes disciplinados.” (MST, 2001, 217).

não aceitação de avaliações ou críticas e disposição para melhorar (“sinônimo do egoísmo”).

Composto por 248 páginas, o livro “Construindo o caminho” divide-se em quatro partes e um anexo com os dez compromissos do MST “com a terra e com a vida”. Na parte I aborda sobre o modelo econômico e a agricultura: das consequências, para a agricultura, advindas do atual modelo de desenvolvimento empreendido pelas elites – urbanização da população que antes predominantemente estava no meio rural; a política neoliberal e a desigualdade social brasileira; da marginalização do setor agrícola nacional que não está organizada para atender as necessidades básico-alimentícias do povo... dentre outras coisas da necessidade de criação de um novo modelo econômico popular, no qual as massas estejam mobilizadas em prol de objetivos estratégicos não imediatistas –; do projeto popular para a agricultura – a reforma agrária como meio de se realizar, no meio rural, justiça social e cidadania; reorganização do meio rural para produção em proveito da população; estímulo a cooperação; adoção de um modelo tecnológico pautado na sustentabilidade e adoção das técnicas orgânicas de produção de alimentos; soberania alimentar do mercado interno... distribuição de renda e desenvolvimento rural como alternativa ao enfrentamento do desemprego –; e as resoluções políticas tomadas no âmbito do IV Congresso do MST – massificação das ocupações de terra; adoção de ações em defesa da reforma agrária e contra o imperialismo com articulação dos trabalhadores urbanos... dentre outras coisas, a defesa do meio ambiente e da biodiversidade.

A luta pela reforma agrária e o MST é o tema da parte II do livro, na qual, é apresentada a evolução do MST e da luta pela reforma agrária entre os anos de 1979 e 2000 – versa, dentre outras coisas, sobre a tese de casamento entre o capital e a propriedade da terra desde a Lei de Terras de 1850 –; os elementos que considera essenciais para uma análise da conjuntura agrária nacional – estratégias da classe dominante/governo para derrotar o MST na esfera jurídica, financeira... ou mesmo moral (adoção de uma “política facista” no campo).

Na parte III encontramos as linhas políticas do MST, bem como, a organização dos assentamentos – junto com as descrições organizacionais desse espaço, afirma-se que o ingresso na luta pela terra parte do desejo de libertação da opressão e humilhação vivenciadas por arrendatários, parceiros, meeiros, boias frias e pequenos agricultores; ratifica o método de formação e a escola como ponto de difusão de suas ideias e propostas; a necessidade de que as religiões/seitas presentes nos acampamentos assumam uma face libertadora... a necessidade de desenvolvimento da “consciência de classe” –; a formação política e os métodos utilizados para tal a fim de criar hábitos de indignação e reação frente a violência, dos locais para as mais amplas, com o intuito da conscientização política sob o ponto de vista socialista – as formas de se formar um militante do MST –; os desafios do setor de educação, bem como, sua concepção de educação e seus princípios pedagógicos (pautados nas perspectivas pedagógicas de Paulo Freire); a comunicação – os meios de comunicação interna; a relação do MST com as mídias; a organização e o trabalho de seu setor de comunicação –; o setor de gênero e a política de gênero dentro do MST; o conceito de saúde para o MST – a construção de uma cultura de saúde; as mudanças e cultivo de novos hábitos de saúde na vida comunitária, nos espaços comunitários, no ambiente doméstico... saúde na convivência entre pais e filho –; os transgênicos (Organismos Geneticamente Modificados: OGM) – o que são; quem produz; as maiores empresas do mundo de sementes e de agroquímicos; o mercado brasileiro de semente melhoradas de milho e soja; as preocupações do MST em relação as consequência da utilização de transgênicos; e a “Via Campesina” como alternativa para evidenciar as mentiras das empresas de transgênicos que como, por exemplo, a Monsanto, a AstraZeneca, a Novartis e Dupont figuram entre as dez maiores empresas do mundo de produção de sementes e agroquímicos (para o MST isto é prova da criação de OGM’s para o uso de agroquímico específicos e predeterminados – venda casada e dependência).

Na parte IV nos são apresentado os valores, a disciplina e a mística o MST: elementos, desafios, natureza e métodos do impulsionamento da revolução cultural;

a disciplina – conceito, desvios, elementos característicos para o MST –; a mística do “*Sem Terra*” como elemento/razão de persistência na luta – origens, vertentes e manifestações da mística a qual produz a consciência de que enquanto se mantiver os enormes desequilíbrios sociais, a luta não se encerra com a conquista da terra –; por fim, apresenta-nos um modelo de se melhorar a mística do MST dentro de sua grande causa (libertação do proletariado através da reforma agrária e do socialismo).

3. AS (IM)POSSIBILIDADES DISCURSIVA DECONOLONIAL NA CONTRUÇÃO DO CAMINHO

Caume (2006) observa o assentamento do MST como espaço de agenciamentos, em que, de um lado o Estado agencia a manutenção e reestabelecimento da ordem que é perturbada pelos conflitos fundiários – nesse caso, tal como abordado no primeiro capítulo, poderíamos afirmar se tratar da ordem colonialista –, de outro, agentes de pastoral e do MST agenciam uma utópica forma nova de sociabilidade em detrimento ao modelo da sociabilidade capitalista, fato este que, poderíamos apresentar como proposta/opção/pedagogia decolonial de enfrentamento ao modelo ocidental moderno.

Entretantes, a fim de regatarmos o passado de luta, resistência e sobrevivência (herança ancestral apontada por Catherine Walsh), como uma primeira possibilidade, poderemos diferentemente de MST (2001) que pensa na conscientização de classe, resgatar/valorizar o caipira de Darcy Ribeiro – originário do declínio do período aurífero, em que a economia/população do Centro-Sul encontra-se em estagnação, retomando a cultura arcaica, de pobreza dos bandeirantes (velhos paulistas) e, conseqüentemente, com a dispersão da população e a busca, basicamente, da satisfação de suas necessidades temos uma variante cultural rústica (a cultura *caipira*), a qual se estabelece nas áreas de mineração e nos seus núcleos anciliares de produção de mantimentos e manufatura.

Durante essa “recessão” a população branca, mestiça e mulata livre tem acesso a terra, pois, esta, temporariamente, não apresenta o sentido que, dantes tinha, de “consciência da força de trabalho para as lavouras comerciais”. Todavia, com o ressurgimento da grande lavoura, viabilizada pela economia de exportação, a lei de Terras de 1850, anula a simples ocupação/cultivo, tornando obrigatória a compra ou a legitimação cartorial, as quais, em função da burocracia e custos, não se faziam acessíveis ao caipira. “O Estado penetra o mundo caipira como agente da camada proprietária e representa para ele [caipira], essencialmente, uma nova sujeição (...) todo um aparato jurídico cidadão se coloca a serviço [da] concentração de propriedade.” (RIBEIRO, 2006, p. 349-50).

Assim como Pessoa (1999), que constatou entre as entidades que dão suporte a luta pela reforma agrária, tais como, Igreja, dentre outras, o sindicalismo rural – bem como entre trabalhos acadêmicos – a existência de uma “concepção voluntarista da história” que concebe o movimento camponês a partir da atuação destas entidades e, a eclosão na década de 1980, de movimentos camponeses de luta pela reforma agrária – como, por exemplo, o MST –, poderemos, em uma tentativa de aproximação com a perspectiva decolonial, tentar compreender esses movimentos dentro do processo de ocupação das terras; das migrações em Goiás nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta e, nas estruturas latifundiárias, as quais obrigam o homem do campo a um contínuo deslocamento de uma terra devoluta à outra até que apareça seu proprietário ou grileiro.

Outrossim, identificando – tal como faz Arruti (2001) em relação aos índios misturados do nordeste –, o agenciamento político presente na imperiosa “linguagem do acampamento” que comunica ao Estado a demanda por terras, bem como, a legitimidade do movimento e seus “personagens [*portadores de*] capital social teorizado por Boudieu (1980) e Burt (2002) [...] para conectar os [*acampados*] às autoridades do Estado” (SIGAUD, ROSA & MACEDO; 2008, p. 127).

Como proposta de enfrentamento a dominação econômica exercida pelas elites, poderemos fazer analogia entre a perspectiva decolonial e a construção do

caminho (alternativo) do MST, todavia, ao se pretender alcançar a justiça social pela implantação do socialismo, podemos enxergar as limitações de tal analogia, pois, a perspectiva socialista fundamentada no Marxismo, está imbricada da perspectiva teleológica moderno-ocidental da história e, para Mignolo (2008), é necessário ultrapassar o Marxismo como política identitária, ou mesmo, a partir das perspectivas de Castro-Gómez (2005), superar o ponto cego de Marx, o qual, imbricado da perspectiva moderno-ocidental, não reconhece valor na reflexão sobre o colonialismo além de mero passado da modernidade a ser superado com a implantação do comunismo, nem mesmo, a primeira modernidade como elemento possibilitador do desenvolvimento da, por ele, estudada classe burguesa industrial – está preso a uma concepção eurocêntrica de modernidade (identificada pelas perspectivas decolônias com a segunda modernidade).

Se por um lado, ao defrontarmos com a conclamação dos operários do mundo a unirem-se, fossemos levados a pensar na adoção da perspectiva Marxista a partir de uma opção decolonial proposta por Walsh (2013) de encaminhamento de um conceito de humano pautado na experiência de exclusão para uma fraternidade universal; por outro, podemos localizar os limites de uma opção decolonial desde e com os oprimidos. Eric Wolf assinala-nos a partir da observação do modelo revolucionário socialista russo e chinês que, o fim último, após a revolução ajudada pelo campesinato, é a “subjugação e transformação do campesinato em um novo tipo de grupo social” (WOLF; 1970 p. 146), fato este que, impossibilitaria pensarmos a construção de um caminho alternativo socialista sob a perspectiva decolonial.

CONCLUSÃO

A partir do que foi abordado até aqui, observa-se, na atualidade, a emergência de um grupo de estudos localizado/radicados na América-Latina que propõe romper com as formas de dominação coloniais ainda presentes na atualidade para, com isso, rompermos com a perspectiva de identidades racializadas que foram as bases para o desenvolvimento da epistemologia ocidental moderna.

Para que se efetive essa ruptura com as formas de dominação coloniais, a partir de uma desobediência epistêmica em relação à ciência ocidental moderna, nos é apresentado uma proposta de desaprender, ou mesmo, de uma nova construção de conhecimento que contemple as línguas e, principalmente, os saberes invisibilizados/subalternizados pela moderna ciência europeia; a proposta de promoção de ruptura com a eurocentração da modernidade e, a adoção da “opção/pedagogia decolonial” humanizante.

A partir da observação do MST, presente em seu discurso presente no livro “Construindo o Caminho”, podemos ver uma proposta de humanização (“*humanidade em movimento*”); de educação/formação a partir das perspectivas pedagógicas de Paulo Freire – apontadas por Walsh (2013) como pedagogia decolonial – e, denunciado estratégias de dominação das elites capitalistas.

Contudo, ao pensarmos as possibilidades e limites de um discurso decolonial a partir do discurso produzido pelo MST, podemos concluir que, a adoção de uma concepção Marxista, por preservar a lógica epistemológica moderno-ocidental, não contribui de forma decisiva para, tal como proposto pelos membros do grupo Modernidade/Colonialidade – em especial, Catherine Walsh –, a descolonização da mente e desalienação da palavra (superação de atitudes mentais e comportamentos herdados da escravidão), bem como, para revelar o projeto racista e alienante do conhecimento ocidental.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. **Agenciamentos Políticos da “Mistura”:** Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº2, 2001, pp. 215-254.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** *Estudos Avançados* 15, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016. Acesso em: junho/2016.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago de. **La poscolonialidad explicada a los niños.** Editorial Universidade del Cauca. Instituto Pensar, Universidade Javeriana, Colombia, 2005.

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares.** – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo: Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2006.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **As ocupações de Terra e a Produção do Direito.** 119 f. Monografia (Graduação). Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2001.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. **ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO: PARTICIPAÇÃO, EXPERIÊNCIA E VIVÊNCIA EM DOIS MOMENTOS DA LUTA PELA TERRA.** *In: Psicologia & Sociedade*, 26 (3): 562-571; 2012.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMESNTEIN, Magda. **SUBJETIVIDADE EM MOVIMENTO: O MST NO RIO GRANDE DO NORTE.** *In: Psicologia & Sociedade*, 18 (1): 21-30 p.; jan/abr. 2006.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em Política.** *In: Cadernos de Letras UFF – Dossiê: literatura, língua e identidade.* Nº 34. P. 287-324, 2008.

MOVIMENTOS DOS RABALHADORE RURAIS SEM TERRA-MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2001.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgard Lander (org.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio 2000, p. 1-62.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. **Ocupações de Terra, Acampamento e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº1, 2008, pp. 107 a 142.

SOTO, Damián Pachon. **Nueva perspectiva filosófica en América Latina: el grupo Modernidade/Colonialidad**. Ciência Política Nº5, Enero-Junio 2008, p. 8-35.

WALSH, Catherine. **Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos**. In: WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Série Pensamento Decolonial, p. 23-68, 2013.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.